

## **Parecer Técnico do Projeto Orla do município de Aracruz - ES**

**Resumo: Parecer técnico sobre o processo de elaboração do Plano de Gestão**

**Integrada (PGI) do município de Aracruz - ES**

O presente Parecer Técnico tem por objetivo apresentar e analisar, de forma circunstanciada, o processo de execução do Projeto Orla no município de Aracruz, considerando as diferentes etapas metodológicas adotadas, os instrumentos institucionais mobilizados e os marcos legais que fundamentam a gestão da orla marítima no Brasil, tendo como principal referência o Manual do Projeto Orla, bem como o Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP), firmado entre o Município e a União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O Projeto Orla constitui-se em um dos principais instrumentos da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituída pela Lei Federal nº 7.661/1988 e regulamentada pelo Decreto nº 5.300/2004, e tem como finalidade promover o ordenamento do uso e da ocupação da orla marítima de forma integrada, participativa, descentralizada e orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, da função socioambiental do território, do interesse público e da proteção do patrimônio natural e cultural.

Nesse contexto, a gestão da orla marítima no município de Aracruz tem como finalidade planejar e implementar ações nos diferentes recortes territoriais definidos como Unidades de Paisagem (UPs) e Trechos, priorizando aqueles que apresentam maior demanda por intervenção, seja em função de pressões antrópicas, conflitos de uso, vulnerabilidades socioambientais ou riscos associados a processos costeiros e climáticos. Tal abordagem está plenamente alinhada à lógica territorial do Projeto Orla, que reconhece a heterogeneidade da zona costeira e a necessidade de soluções diferenciadas, compatíveis com as características ambientais, sociais, econômicas e culturais de cada segmento da orla.

Para viabilizar essa gestão, o principal instrumento é o **Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI)**, cuja elaboração deve estar baseada no reconhecimento sistemático das características naturais, dos padrões de uso e ocupação existentes e projetados, bem como da dinâmica socioeconômica e institucional do território. O PGI estrutura-se, conforme o Manual do Projeto Orla, a partir de três grandes eixos

---

metodológicos interdependentes: (i) diagnóstico integrado; (ii) construção de cenários e enquadramento territorial; e (iii) definição de diretrizes e ações.

O diagnóstico contempla a caracterização dos atributos físicos, ecológicos e paisagísticos (praias, dunas, manguezais, estuários, corpos d'água, áreas marinhas adjacentes), bem como das formas de uso e ocupação do solo, das atividades produtivas e recreativas, das infraestruturas existentes, dos conflitos socioambientais e das potencialidades econômicas e culturais associadas à orla. Essa etapa fornece a base empírica e analítica necessária para compreender a dinâmica costeira e os vetores de transformação territorial.

A etapa seguinte consiste na análise integrada entre os atributos naturais e as tendências de uso, ocupação, conservação ou degradação, permitindo o enquadramento dos trechos em classes genéricas e a construção de cenários prospectivos. Esses cenários refletem diferentes trajetórias possíveis de desenvolvimento territorial, considerando limites ambientais, capacidade de suporte, riscos climáticos, demandas sociais e estratégias econômicas, e servem como referência para definir padrões desejáveis de qualidade ambiental e territorial.

Por fim, o PGI estabelece um conjunto articulado de ações, elaboradas de forma participativa, que podem ter natureza normativa (propostas de regulamentação e ajustes legais), gerencial (arranjos institucionais, procedimentos administrativos, pactos de governança) ou executiva (projetos, obras, programas e intervenções concretas no território). Essas ações visam operacionalizar as diretrizes do plano e orientar a atuação dos diversos atores públicos e privados envolvidos na gestão da orla.

Compete à Prefeitura Municipal de Aracruz, enquanto ente federativo com responsabilidade direta sobre o ordenamento territorial urbano e costeiro, a elaboração, adoção e execução do PGI, em consonância com o **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)**, com o Plano Diretor Municipal e com os instrumentos de planejamento urbano e ambiental vigentes. Esse processo deve ocorrer de forma participativa, com a mobilização do **Comitê Gestor do Projeto Orla**, formalmente instituído, e com a participação de órgãos públicos, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, setores produtivos e demais interessados que atuam ou têm interface com a orla do município.

O Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP) confere respaldo jurídico e operacional a esse processo, ao delegar ao Município competências relativas à gestão do uso das praias marítimas, anteriormente concentradas na União, condicionando essa delegação ao cumprimento de princípios de interesse público, transparência, sustentabilidade ambiental e participação social. O TAGP estabelece, entre outros aspectos, a necessidade de designação de um Gestor Municipal de Praias, de manutenção de canais de comunicação e denúncia, de observância das normas ambientais e patrimoniais federais, e de prestação de

---

informações à SPU, configurando-se como um instrumento fundamental para consolidar a governança local da orla.

Os roteiros de elaboração e implantação do Projeto Orla em Aracruz foram estruturados de modo a assegurar ampla participação social e interinstitucional, por meio de oficinas participativas, visitas técnicas, saídas de campo, atividades de sensibilização, consultas públicas, palestras e ações de capacitação. Esses espaços possibilitaram o diálogo entre diferentes saberes, interesses e visões de futuro, fortalecendo o caráter democrático e pactuado do processo de planejamento.

A partir dessas etapas, evidencia-se que a orla de Aracruz se encontra em um momento decisivo para a conservação de seus valores naturais, históricos e culturais. A proteção e valorização dos serviços ecossistêmicos prestados por praias, manguezais, dunas, estuários e pelo ambiente marinho adjacente configuram-se como estratégias centrais para o desenvolvimento sustentável do município, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela elevação do nível do mar, pela intensificação de eventos extremos e pela pressão antrópica crescente sobre os ambientes costeiros. Nesse sentido, destaca-se a importância da articulação com o ICMBio e com outras instituições ambientais para a proteção das áreas sensíveis e para a integração entre conservação e desenvolvimento.

O município de Aracruz destaca-se como referência entre os municípios brasileiros que aderiram ao Projeto Orla, tendo sido um dos pioneiros no Espírito Santo na implementação dessa política pública. Ao longo dos últimos 14 anos, o município consolidou uma estrutura institucional e legal consistente, alinhando o Projeto Orla ao seu processo de planejamento territorial, especialmente por meio da incorporação das Unidades de Paisagem e Trechos da orla ao Plano Diretor Municipal, conforme estabelecido na **Lei nº 4.542/2022**.

Ressalta-se ainda a **Lei nº 4.793, de 04 de julho de 2025**, que altera a Lei nº 4.542/2022 e aprova formalmente o Comitê Gestor do Projeto Orla, composto paritariamente por 14 representantes do poder público e 14 representantes da sociedade civil. Esse arranjo institucional reforça a governança compartilhada, assegura legitimidade social ao processo decisório e confere estabilidade institucional à implementação futura do PGI.

Dessa forma, o processo de elaboração do PGI de Aracruz revela elevado grau de aderência às diretrizes metodológicas do Manual do Projeto Orla, ao arcabouço jurídico da PNGC e aos princípios do TAGP, configurando-se como uma experiência madura de gestão costeira integrada, com forte base técnica, participação social efetiva e sólida sustentação institucional e legal.

O Plano de Gestão Integrada da Orla de Aracruz está centrado em seis (06) Unidades de Paisagem (UP) e 16 trechos e 26 praias objeto de análise do Termo de Adesão à Gestão de Praias - TAGP (Tabela 1):

---

Tabela 1: Setores de trechos homogêneos da paisagem para o município de Aracruz.

<b>SETOR – UNIDADE DE PAISAGEM</b>	<b>TRECHOS (PGI) 2025</b>
<b>BARRA DO RIACHO</b>	Trecho Barra do Riacho
<b>DISTRITO INDUSTRIAL-PORTUÁRIO</b>	Trecho PORTOCEL
	Trecho Hóspedes
	Trecho IMETAME
<b>SAHY-SAUÊ</b>	Trecho Barra do Sahy
	Trecho Mar Azul
	Trecho Sauê – Padres
<b>COQUEIRAL</b>	Trecho Coqueiral
	Trecho Piraquê-açu
<b>SUL DE ARACRUZ</b>	Trecho Santa Cruz
	Trecho Biologia
	Trecho Formosa
	Trecho Gramuté
<b>MARINHO</b>	APA Costa das Algas
	REVIS de Santa Cruz
	Área Marinha de Aracruz

O consultor Marcus Polette, instrutor do Projeto Orla devidamente credenciado, inscrito no CPF nº 010.794.238-00, foi responsável pela execução técnica e pela coordenação do processo de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) do município de Aracruz, no âmbito de contrato administrativo firmado em 07 de fevereiro de 2025 com a Prefeitura Municipal de Aracruz.

O trabalho foi desenvolvido em estrita conformidade com as diretrizes metodológicas do Manual do Projeto Orla, com as disposições da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661/1988 e Decreto nº 5.300/2004), com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000), bem como com os termos estabelecidos no Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP), firmado entre o Município e a União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

### **I – Aspectos Gerais**

Para a elaboração do PGI de Aracruz foram desenvolvidas, de forma sequencial, articulada e participativa, as seguintes etapas metodológicas e respectivos

produtos técnicos, todos disponibilizados para consulta pública na página oficial da Prefeitura Municipal de Aracruz (<https://www.aracruz.es.gov.br/pagina/projeto-orka-61>):

- Programa de Capacitação do Comitê Gestor do Projeto Orka;
- PRODUTO 01 – Diagnóstico Preliminar da Orka Municipal;
- Consulta Pública do Diagnóstico Preliminar;
- Programa de Capacitação dos participantes das Oficinas do Projeto Orka;
- PRODUTO 02 – Relatório da Etapa 1 da Oficina de Planejamento Participativo;
- Consulta Pública da Etapa 1 da Oficina de Planejamento Participativo;
- PRODUTO 03 – Relatório da Etapa 2 da Oficina de Planejamento Participativo;
- Consulta Pública da Etapa 2 da Oficina de Planejamento Participativo;
- PRODUTO 04 – Plano de Gestão Integrada da Orka de Aracruz – ES;
- Consulta Pública do Plano de Gestão Integrada da Orka de Aracruz – ES;
- PRODUTO 05 – Parecer Técnico;
- PRODUTO 06 – Diário do PGI.

Essas etapas refletem o ciclo metodológico preconizado pelo Projeto Orka, estruturado nas fases de diagnóstico, pactuação social, planejamento, validação pública e consolidação institucional, assegurando transparência, legitimidade social e consistência técnica ao processo.

## **II – Mobilização Social**

O processo de mobilização social conduzido pela Prefeitura Municipal de Aracruz pode ser considerado amplamente exitoso, tendo contado com expressivo apoio político e institucional do governo municipal, em especial do Prefeito Municipal, Dr. Luiz Carlos Coutinho, do Secretário Municipal de Planejamento – SEMPLA, Sr. Giuseppe Silveira Coutinho, bem como dos Gestores Municipais de Praia, Arq. Jurandi Giovanni e Sra. Franciara Loureiro Batista.

A estratégia de mobilização e consulta pública constituiu-se em um dos pilares centrais do processo de elaboração do PGI, sendo estruturada a partir de ações integradas de capacitação, divulgação, engajamento territorial e apoio logístico aos participantes, incluindo oferta de transporte, alimentação, infraestrutura adequada e articulação com diferentes secretarias municipais e com a Câmara de Vereadores.

As Oficinas do Projeto Orka apresentaram elevada representatividade territorial e social, com a participação de representantes de todos os setores e trechos das Unidades de Paisagem da orka de Aracruz, incluindo associações de moradores,

comunidades pesqueiras artesanais, comunidades indígenas, organizações não governamentais ambientais e culturais, empresários do setor turístico, imobiliário, representantes do setor portuário e de terminais, representantes de órgãos públicos federal, estadual e municipais, destacando-se a participação qualificada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria do Patrimônio da União – SPU tanto em escala estadual quanto federal.

Essa diversidade de atores fortaleceu a construção coletiva do diagnóstico, dos cenários e das propostas de gestão, refletindo o princípio da governança compartilhada e policêntrica preconizado pelo Projeto Orla.

### **III – Aspectos Operacionais**

No que se refere aos aspectos operacionais, a elaboração do Diagnóstico Preliminar apoiou-se inicialmente em dados secundários disponíveis, contudo identificou-se como limitação estrutural a escassez de informações sistematizadas de natureza socioeconômica e territorial em nível municipal.

Grande parte dos estudos existentes refere-se a planos, programas e projetos desenvolvidos por empresas de consultoria ou por órgãos estaduais, destacando-se o Plano de Manejo das Unidades de Conservação sob responsabilidade do ICMBio. Os estudos acadêmicos disponíveis concentram-se majoritariamente em aspectos geológicos e ambientais, havendo também trabalhos relevantes sobre os impactos da tragédia de Mariana na região costeira do Espírito Santo.

A construção do diagnóstico representou, portanto, etapa estratégica não apenas para caracterizar o estado atual da orla, mas também para identificar lacunas de informação, desafios de gestão e conflitos territoriais relevantes para o planejamento.

Durante a Etapa 1 das Oficinas de Planejamento Participativo, observou-se elevada participação e engajamento dos atores sociais, potencializados pelas saídas de campo, que permitiram o reconhecimento in loco dos problemas e desafios, fortalecendo a apropriação social do processo.

Destaca-se ainda o papel proativo das diversas secretarias municipais, em especial da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA a qual ofereceu todo apoio logístico, institucional e de infraestrutura, garantindo condições adequadas para a realização das atividades programadas.

Registra-se também o apoio técnico permanente do ICMBio, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, entre outras, cujos representantes contribuíram ativamente para dirimir dúvidas de natureza técnica, patrimonial, ambiental e institucional ao longo de todas as etapas.

---

#### **IV – Aspectos Institucionais**

Os aspectos institucionais do processo podem ser avaliados como altamente positivos, sobretudo no que se refere ao nível de integração intersetorial alcançado entre as diferentes secretarias municipais, sob a liderança da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, responsável institucional pela coordenação do Projeto Orla no município de Aracruz.

Destaca-se a participação efetiva do Prefeito Municipal, do Secretário Municipal de Planejamento, dos demais Secretários de Governo, da Câmara de Vereadores, de representantes do setor produtivo local, bem como de organizações da sociedade civil, o que conferiu ao processo elevada legitimidade política, social e institucional, além de fortalecer sua capacidade de articulação intersetorial e sua aderência às políticas públicas existentes.

As Associações de Moradores, comunidades indígenas, organizações não governamentais ambientais e culturais e empresários do setor turístico contribuíram de forma qualificada com propostas inovadoras, criativas e territorialmente sensíveis, fortalecendo a base social do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) e ampliando suas possibilidades de implementação futura.

O conjunto desses elementos evidencia que o processo de elaboração do PGI de Aracruz apresenta elevado grau de maturidade institucional, consistência metodológica, legitimidade social e alinhamento normativo, configurando-se como uma experiência de referência no âmbito do Projeto Orla em nível nacional.

#### **V – Desenvolvimento das Oficinas**

Na condição de Instrutor do Projeto Orla, cumpre registrar que este processo se configura como um dos mais efetivos entre aqueles em que tive oportunidade de atuar (Itapoá–SC, Porto Belo–SC, Guarujá–SP, Salvador–BA, Itajaí–SC, Florianópolis–SC, São Sebastião–SP, Niterói–RJ e Barra Velha–SC). O processo foi iniciado formalmente em março de 2025, sendo que os primeiros meses foram dedicados à sensibilização dos atores locais, à organização institucional e à estruturação logística e metodológica das atividades.

A visita de campo realizada com o acompanhamento do Comitê Gestor do Projeto Orla constituiu-se em momento estratégico de reconhecimento territorial, troca de percepções e sensibilização dos participantes. Entre essa etapa inicial e a realização da Primeira Oficina, foram promovidas duas ações de capacitação específicas com os atores sociais que viriam a integrar as Oficinas I e II, reforçando o nivelamento conceitual e metodológico necessário ao processo.

Destaca-se ainda a criação de um grupo de comunicação instantânea (WhatsApp), que se revelou instrumento relevante para a integração contínua entre os diferentes atores sociais, contando com 109 participantes ativos, e

---

funcionando como canal de comunicação, mobilização, esclarecimento de dúvidas e disseminação de informações.

À semelhança de outras experiências, em Aracruz foram adotadas estratégias combinadas de participação presencial e digital, incluindo a realização de quatro (04) Consultas Públicas on-line relativas ao Diagnóstico Preliminar, aos resultados das Oficinas I e II e à versão preliminar do PGI. Embora a participação quantitativa nessas consultas tenha sido limitada, as contribuições recebidas foram qualitativamente relevantes e resultaram em ajustes e aprimoramentos nos relatórios, ampliando a consistência técnica e social dos produtos finais.

As Oficinas I e II, bem como as Oficinas de Nivelamento e a Oficina Intermediária, foram consideradas exitosas, tendo em vista o elevado grau de engajamento, proatividade e apropriação metodológica demonstrados pelos diferentes atores sociais, tanto em relação ao trabalho do Instrutor quanto à metodologia do Projeto Orla. O conjunto de ações construídas para as praias do município, para as Unidades de Paisagem e para os respectivos Trechos constitui-se em instrumento estratégico para orientar a gestão futura da orla e para subsidiar a sociedade local no acompanhamento e na cobrança da implementação das ações pactuadas junto aos tomadores de decisão.

## **VI – Comitê Gestor da Orla e a consolidação do Projeto Orla**

No que se refere à consolidação do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI), destaca-se que houve efetiva validação social e institucional das ações propostas, processo que contou com a organização, coordenação e apoio permanente do Comitê Gestor Municipal da Orla, o qual passa a ser instância central na condução do Projeto Orla nas fases subsequentes de adoção formal, implementação, monitoramento e avaliação.

É fundamental que a municipalidade reconheça e valorize a importância estratégica de seu território costeiro, em especial da orla marítima e da área marinha adjacente, inclusive além da isóbata de 10 metros de profundidade, onde se localizam Unidades de Conservação federais de elevada relevância ecológica e estratégica para a zona costeira brasileira, cuja gestão demanda articulação permanente com o ICMBio e demais órgãos federais.

Salienta-se, nesse sentido, a importância do Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP) como instrumento jurídico-operacional fundamental para a gestão integrada da orla, sendo essencial que o Município proceda à sua atualização periódica, assegurando o monitoramento, a fiscalização e a ordenação do uso da linha de costa de forma mais eficaz e integrada às diretrizes e ações estabelecidas no PGI.

Cabe ao Poder Executivo Municipal aproveitar a oportunidade institucional criada por este processo para implementar soluções planejadas de forma participativa, intersetorial e territorialmente integrada, em especial por

meio da articulação com o setor privado e com as associações de moradores, que demonstraram elevado grau de engajamento, empoderamento e receptividade às propostas construídas no âmbito do Projeto Orla.

Destaca-se ainda a conveniência e oportunidade de criação de um Fundo Municipal vinculado ao Projeto Orla, com destinação exclusiva ao financiamento das ações previstas no Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI), assegurando sustentabilidade financeira, continuidade administrativa e maior capacidade de implementação das ações pactuadas de forma integrada e participativa.

Recomenda-se, nesse sentido, a estruturação de um Programa Municipal Permanente para a Orla, com caráter transversal e intersetorial, que permita viabilizar alternativas de ordenamento territorial e ambiental da orla, visando, entre outros objetivos: a mitigação e prevenção de processos erosivos costeiros; a padronização e qualificação do mobiliário urbano da orla; o ordenamento do uso do espaço marinho adjacente, de forma articulada com as Unidades de Conservação marinhas existentes; e a integração de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável, à conservação ambiental e à adaptação às mudanças climáticas.

Importante ainda considerar que o material produzido constitui-se de um importante instrumento de educação ambiental e que deve ser integrado às diretrizes educacionais tendo como fundamento o Currículo Azul. Esta é uma iniciativa brasileira pioneira, em parceria com a UNESCO, para integrar a cultura oceânica e a educação sobre o oceano em todas as disciplinas e níveis de ensino no Brasil, formando cidadãos conscientes sobre clima, biodiversidade e sustentabilidade conectando assim o ambiente costeiro e marinho aos desafios globais. Esta é uma diretriz transversal para preparar a sociedade para os desafios climáticos, mobilizando escolas e professores através de programas como a Rede Escola Azul, a qual as escolas de Aracruz podem ter na série de documentos produzidos pelo Projeto Orla, um importante subsídio para estabelecer parcerias com o setor portuário, implementar cursos de capacitação, desenvolver material educativo, bem como aproximar as escolas do município ao ambiente praias e marinho.

Ressalta-se ainda a importância da adesão e implementação de programas reconhecidos de gestão ambiental costeira, como o Programa Bandeira Azul, que contribuem para elevar os padrões de qualidade ambiental, governança local, educação ambiental e balneabilidade das praias, além de fortalecer a imagem do município no setor turístico.

Considera-se igualmente estratégico o apoio institucional e financeiro a estudos desenvolvidos por universidades e instituições de pesquisa da região, especialmente aqueles relacionados às mudanças climáticas, à dinâmica costeira, à vulnerabilidade socioambiental e à adaptação climática, bem como o fortalecimento da infraestrutura urbana, com ênfase no saneamento básico, como

---

condição indispensável para a melhoria da qualidade ambiental, da balneabilidade e da saúde pública.

## **I – Conclusão**

Conclui-se, portanto, que a metodologia de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla do município de Aracruz foi aplicada em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas no novo Manual do Projeto Orla, atendendo aos princípios de participação social, integração interinstitucional, territorialização das ações e consistência técnica.

Resta, neste momento, a fase de implementação do Projeto Orla por parte da Prefeitura Municipal de Aracruz, a ser conduzida com base nas ações e diretrizes estabelecidas no PGI e incorporada aos instrumentos de planejamento e orçamento do município, em especial ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), de modo a assegurar sua efetividade e continuidade.

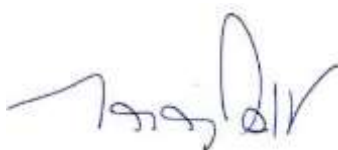
Sugere-se, adicionalmente, a criação de uma Zona Especial da Orla Marinha de Aracruz no âmbito do Plano Diretor Municipal, de forma a conferir tratamento urbanístico, ambiental e institucional específico à faixa costeira, bem como a inclusão formal da faixa marinha além da isóbata de 10 metros como área de interesse do município, a ser considerada no âmbito das políticas públicas municipais, respeitadas as competências federais.

Declara-se, por fim, que os trabalhos foram conduzidos em conformidade com a legislação vigente, com as normas estabelecidas pela União e demais entes federativos, e que os resultados expressam fielmente os conteúdos, consensos e deliberações construídos ao longo do processo participativo de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

Salvo melhor juízo, este é o Parecer.

Itajaí (SC), 13 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,



**Prof. Dr. Marcus Polette**

Facilitador Projeto Orla de Aracruz - ES

---